

REFORMA AGRÁRIA E O NOVO GOVERNO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 20.02.1985

As declarações do presidente eleito Tancredo Neves, em sua última entrevista coletiva à imprensa, sobre a prioridade que terá no seu governo a reforma agrária são da maior importância. Tancredo Neves foi muito claro. Para ele a reforma agrária é uma “meta prioritária” de seu governo. Está sendo reclamada pelo Papa, pelo episcopado brasileiro, pelo Banco Mundial, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. “É um problema que está empapando de sangue o território brasileiro”. Por isso dará ao ministério fundiário a estrutura necessária para que a reforma agrária se torne realidade.

É importante assinalar que Tancredo Neves fez essas declarações espontaneamente, respondendo a uma questão sobre reforma administrativa. Não tinha, portanto, necessidade de falar sobre o assunto, mas decidiu falar, e de maneira incisiva.

Já ouvi a observação de que o presidente eleito fez essas declarações “apenas para fazer média com a Igreja”. E que não fará reforma agrária alguma. Limitar-se-á a continuar o que vem sendo feito até agora. E para justificar essa descrença, meu interlocutor acrescenta: “Em matéria de política econômica pouco ou nada mudará. Com a política fundiária vai ocorrer o mesmo”.

Esse tipo de raciocínio linear e simplista revela pouco entendimento do que provavelmente vai ocorrer no governo Tancredo Neves. De fato, na área econômica haverá mudança de métodos e de homens, mas as mudanças de políticas não serão tão profundas. O grande desafio será compatibilizar retomada do desenvolvimento com combate à inflação. As pressões do Fundo Monetário Internacional, e, portanto dos bancos credores, no sentido de uma solução ortodoxa ou convencional e, portanto recessiva para esse problema será muito fortes. Por outro lado, a necessidade de manter sob firme controle a despesa pública e a quantidade de moeda continuará a existir. Por

isso, embora não se deva descartar a adoção de políticas mais arrojadas de combate à inflação, o mais provável é que tenhamos na área financeira uma política relativamente conservadora e certamente muito prudente.

Isto não significa, entretanto, que a política social também vá ter o mesmo sentido. É clássica a estratégia de uma política econômica conservadora ser combinada com uma política social progressista.

As declarações de Tancredo Neves sobre a reforma agrária apontam nessa direção. A reforma agrária e a reforma tributária são as duas condições essenciais para uma melhor distribuição de renda neste país. A estratégia de alcançar maior justiça social através de aumentos reais de salários superiores ao aumento da produtividade é inflacionária e ineficaz. Se a grande mudança no campo econômico e social é lograr uma melhor distribuição de renda, será necessário pensar seriamente nessas duas reformas.

A reforma agrária é de um lado uma condição para uma melhor distribuição de renda, e de outro uma necessidade do próprio desenvolvimento capitalista brasileiro, José Gomes da Silva, examinando o problema do Nordeste, escreveu recentemente nesta Folha um artigo admirável sobre a necessidade da reforma agrária. A agricultura familiar é na grande maioria dos casos uma forma muito mais eficiente de produção agrícola do que o latifúndio ou a grande empresa agrícola. Tancredo Neves percebeu este fato, está comprometido com o desenvolvimento social do país, e por isso decidiu dar prioridade à reforma agrária em seu governo. Certamente, não será uma reforma agrária revolucionária. Não ameaçará e sim fortalecerá o capitalismo no país. Será, entretanto, um processo real de mudança. Será uma das marcas do caráter socialmente progressista de seu governo.(20/02)